

Ata da 46ª Reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico Cultural de Fortaleza - COMPHIC

Às nove horas do dia oito de janeiro de dois mil e treze, na sede da SECULTFOR, Rua Pereira Filgueiras, nº. 04, Centro, em Fortaleza/Ceará, foi realizada a 46ª reunião do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural – COMPHIC – da cidade de Fortaleza com a presença das senhoras e dos senhores: Francisco Geraldo de Magela Lima Filho, Secretário de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR) e Clélia Maria Coutinho Teixeira Monasterio, representante da Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (CPHC/SECULTFOR), respectivamente Presidente e Secretária do COMPHIC, de acordo com a Lei nº. 9.347/2008; e os Conselheiros e Conselheiras Ivone Cordeiro Barbosa, representante da Universidade Federal do Ceará (UFC); Altemar da Costa Muniz, representante da Universidade Estadual do Ceará (UECE); Maria Clélia Lustosa Costa, representante do Instituto do Ceará (IC); Alênio Carlos Noronha de Alencar, representante da Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (ANPUH-CE); Helena da Cunha Correia Lima, representante da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR); Maria Luiza Távora de Holanda Viana, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM); Maria do Socorro Araújo Camara, representante da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR); Antonio Osmídio Alencar, representante da Procuradoria Geral do Município (PGM); Augusto César Chagas Paiva, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e Euler Sobreira Muniz, representante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Estiveram ausentes os Conselheiros: Juçara Peixoto da Silva, representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Francisco Otávio de Menezes, representante da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT), Marília Colares Mendes, representante da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) e Representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará (OAB/CE). Estiveram presentes os convidados: Olga Paiva, ex- conselheira do IPHAN ; Luciano Guimarães, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará (CAU-CE). Também se encontravam presentes o assessor da CPHC Bruno Queiroz Rabelo (CPHC/SECULTFOR), a arquiteta Márcia Sampaio (CPHC/SECULTFOR), e o técnico em História Felipe Barreira (CPHC/SECULTFOR). A arquiteta Clélia Monasterio, então Coordenadora da CPHC/SECULTFOR, inicia a reunião fazendo a entrega de uma cópia do relatório de todas as reuniões de 2012 a cada um dos conselheiros. Passando para o primeiro ponto de pauta referente à apresentação do COMPHIC ao Secretário de Cultura, Francisco Geraldo de Magela Lima Filho, Clélia inicia apresentando os senhores Felipe Barreira, Historiador e o Bruno Queiroz, Advogado que compõem a equipe da CPHC e lidam diretamente com o conselho. Em seguida faz um breve relato sobre as atribuições do conselho e diz que normalmente nas reuniões são avaliados projetos e discutidas questões relacionadas à preservação do Patrimônio. Clélia menciona ainda que trabalhar com patrimônio é apaixonante, mas que o trato com questões de defesa da cidade é um desafio. Enquanto coordenadora da CPHC também explicou que de regra posteriormente a abertura de processos de tombamento, o Conselho avalia a relevância do bem e a CPHC faz os encaminhamentos necessários a luz do que foi definido pelo conselho. Procedeu-se os **informes**: 1. Clélia explicou que faz parte do Regimento Interno do Conselho a apresentação do relatório das resoluções do COMPHIC do exercício anterior. Apresentação e leitura do resumo das atividades do COMPHIC realizadas em 2012. Enfatizou que as resoluções são apresentadas num resumo de ocorrências, e que algumas não constam essas anotações, por exemplo, a ATA 44ª ficou sem anotação das resoluções porque não houve tempo hábil para revisão, não sendo oportuno uma aprovação. 2. Foram encaminhados ofícios solicitando a substituição do Conselheiro Francisco Humberto Cunha Filho, representante da Ordem dos Advogados – OAB/CE e do conselheiro representante

n

da Câmara Municipal de Fortaleza, em função da nova composição da casa. Em seguida, Prof. Humberto se pronunciou dizendo que estava representando a OAB por ser ligado à comissão de cultura da entidade e que por ter se desvinculado da mesma ele acha republicano não continuar no Conselho. Agradeceu a todos pela oportunidade, ao tempo que se colocou a disposição, pede que sua presença não seja constada em ata e se absteve da votação. Foi indagado sobre quem seria o substituto, se ateuve em dizer que a democracia decidirá, mas, que provavelmente são indicadas boas pessoas, capacitadas, etc. Falou como exemplo, a relevante participação do Advogado Vitor Studart à frente do Processo da Farmácia Oswaldo Cruz, ressaltou a competência dele e que o mesmo participou de um estudo comparativo da Legislação Federal, Estadual e Municipal. Acrescentou ainda que este é um Conselho de "ponta" e que exibe uma situação de resgate de valor do município. Clélia Monasterio agradeceu a atuação do Prof. Humberto e falou de sua preocupação com a continuidade do Grupo de Trabalho do COMPHIC no sentido de revisar a Lei de Patrimônio para dirimir falhas. **Pauta: 1.** Dando continuidade, houve a apresentação do novo secretário, o jornalista, Mestre em Teatro pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Francisco Geraldo de Magela Lima Filho. Fazendo uso da palavra o secretário resalta que está é a primeira reunião do COMPHIC presidida por ele e propõe um momento de apresentação. Em seguida se apresenta, fala sobre seu encontro com o teatro e que esse é mediado pela história e pela memória, sendo ele um pesquisador sobre o teatro e a memória dos espaços cênicos da nossa Cidade. Acrescentou que fora especial a sua dissertação por tratar do Teatro Carlos Câmara e envolver com isso pesquisas sobre os grupos engajados e de militância nos anos 70. Continua dizendo que o Teatro José de Alencar nos anos 70 servia a um teatro oficial, e era ocupado pela comédia cearense. Enquanto o Teatro Carlos Câmara foi criado para ser um espaço público e ter ao mesmo tempo característica de espaço "marginal" e era ocupado por todos aqueles que eram contra o poder local. Portanto um espaço que estava relacionado ao embate com a ditadura. Majela diz ter estudado muito o Teatro Carlos Câmara, e por isso ter ficado muito feliz de o mesmo ter sido reinaugurado, mesmo que não tenha preservado o desenho inaugural, mas, ganhou detalhes significativos, como por exemplo, o acesso direto para as ruas. Majela pontua que como Secretário ele entende perfeitamente a necessidade da existência dos conselhos, acha que enquanto mais o poder público ouve a sociedade, mas representativo este poder público fica e diz que está inteiramente à disposição para que este conselho funcione. Em sua fala, Majela, se compromete com a permanência das reuniões e disse estar de acordo com os dias e horários de funcionamento. Informou que no momento a Administração da Prefeitura, à frente Roberto Cláudio, encontra-se definida apenas o secretariado, estar com pouco tempo e que até o final do mês as coisas ficam mais tranquilas. Acrescentou que o momento de transição foi "tumuloso", principalmente por haver uma demanda muito grande e urgente – como é a realização do pré-carnaval. Mas, já tomou todas as medidas, e o processo segue com a equipe de produção e as Coordenações. Agradeceu a dedicação do COMPHIC e disse que estar junto para "somar e zelar" pelo patrimônio da cidade. Como Secretário Majela ainda destaca a urgência e a enorme demanda advinda dos Eventos Carnaval e pré-Carnaval e que o próprio prefeito havia solicitado que a cidade permanecesse podendo desfrutar dos mesmos com o devido apoio da SECULTFOR. Clélia fala que a CPHC teve a iniciativa de elaborar um calendário para o COMPHIC, tendo o mesmo sido elaborado pela Arquiteta Márcia Sampaio. Os calendários são entregues aos Conselheiros pontuando que nele constam todas as datas das reuniões do COMPHIC agendadas para o exercício de 2013. Em seguida, fazendo uso da palavra os conselheiros presentes desejaram uma boa gestão e se apresentaram ao novo secretário: Maria do Socorro Araújo Câmara, representante da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR), onde trabalha como ouvidora, formada em Administração de Empresas e Sociologia, participou da obra de reforma do Teatro Carlos Câmara. Explicou que a modificação do teatro se deveu a necessidade de adequação à acessibilidade, chamou a atenção para necessidade de

um trabalho em conjunto dos espaços turísticos e de um produto para divulgação dos bens tombados em Fortaleza. Alênio Carlos Noronha de Alencar, representante da Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (ANPUH-CE), disse que a associação tem como proposta trabalhar o campo da história e da memória no COMPHIC, pontua que ele juntamente com o Augusto César Chagas Paiva, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) representaram o COMPHIC no Conselho de Política Cultural e de que nessa oportunidade tinham a idéia de fomentar essa parte da história/memória da cidade, principalmente no tocante ao acervo. Chama também a atenção para a ausência de um arquivo público na prefeitura e de que com isso vai se perdendo o acesso a informação. Helena da Cunha Correia Lima, representante da Secretaria de Turismo do Estado (SETUR), onde trabalha na Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Turismo, disse que sua expectativa com a nova gestão é que haja uma maior aproximação da cultura com o turismo. Antonio Osmídio Alencar, representante da Procuradoria Geral do Município (PGM), onde trabalha como Procurador do Município de Fortaleza/PROUMA, falou da satisfação de representar a Procuradoria nesse Conselho. Euler Sobreira Muniz, representante da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Arquiteto e Urbanista com Especialização, Mestrado e Doutorado na área de arquitetura, diz ter uma outra vertente, assim como o Secretário, na área de teatro, fez parte da comédia cearense, em função disso o conselheiro diz hoje já ter um atestado de senilidade, na UNIFOR compôs o grupo "Pirande", e é professor da disciplina de projeto no curso de Arquitetura e na Belas Artes ministra a disciplina de dramaturgia. Esta procurando uma forma de viabilizar um curso especializado nessa área de artes cênicas. Ivone Cordeiro Barbosa, representante da Universidade Federal do Ceará (UFC), relata que foi nomeada como representante ao manifestar seu desejo de continuar colaborando, após sua saída da Coordenação de Patrimônio Histórico - CPHC/SECULTFOR, onde havia sido coordenadora. Ivone diz estar na expectativa de que se consolide uma cultura de preservação da memória histórica da cidade. Comentou, que se um dia tivesse um cargo político seria como vereadora, porque acredita que é onde se dar a essencialidade política em função do contato direto com a cidadania e com a construção da cidadania. Augusto César Chagas Paiva, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Arquiteto Urbanista, diz que é músico, coordenador de um grupo de choro, samba e bossa nova e que com o mesmo faz shows inclusive em eventos particulares, além disso é mestre em políticas públicas e sociedade pela UECE, defendeu uma dissertação sobre política urbana, estado e participação popular, onde estudou o caso da comunidade Goiabeiras. Acrescentou que é um assunto delicado, pois tem muito misticismo em torno da questão e que a mesma tem que ser aprofundada, inclusive no tocante ao projeto "Vila do mar". Augusto diz que é membro de uma agremiação de escola de samba, a "Coração benfica" no bairro Ben Fica como diretor de bateria, agremiação esta que objetiva levar cultura e animar o bairro Ben Fica. Destaca um questionamento sobre a condução da política cultural, e que a mesma deve ser mais bem discutida. Citou como exemplo a disparidade nos critérios de contratação com os artistas da terra e com os artistas nacionais. Pontuou que em uma única apresentação do cantor Roberto Carlos foram investidos R\$1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) e para o fomento do pré-carnaval, onde participam 60 agremiações somente foram investidos R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Ressalta que com o recurso investido nessa única apresentação do cantor Roberto Carlos teria sido possível financiar dois shows diariamente no porte dos de hoje promovidos no passeio público aos sábados. Outra preocupação do conselheiro é com a contratação de artistas, segundo sua opinião, medíocres que tem em seu repertório músicas de conteúdo pejorativo para o evento do Réveillon de 2012/2013. Acrescentou que o Secretário de Cultura tem a responsabilidade de colaborar para superação desse tipo de cenário, e pensar que tipo de política cultural queremos implementar. Finalizou dizendo que concorda com o Professor Humberto, que esse é um dos conselhos mais atuantes no Ceará, e por conta desse comportamento "ativo"

o COMPHIC se fez respeitar e tem trazido mudanças no entendimento da população no sentido da preservação. E destaca o número crescente de pedidos de tombamentos, que ora acarreta problemas administrativos para a SECULTFOR. O conselheiro ressalta também que em virtude desse aumento de demanda o corpo técnico reduzido da CPHC, mesmo que qualificado, efetivamente, não tem dado conta de atender a todas as necessidades. Altemar da Costa Muniz, representante da Universidade Estadual do Ceará (UECE), onde é coordenador de mestrado acadêmico de história, diz também ser professor da UECE de Quixadá/CE, se impressionou com a seriedade do COMPHIC e diz esperar que durante a atual gestão também o COMPHIC possa contar com a presença do Secretário em todas as reuniões a fim de legitimar o mesmo, o conselheiro pontua também que é necessário que todo o trabalho hercúleo do conselho no tocante aos tombamentos seja levado a sociedade principalmente na forma de educação patrimonial. Demonstrou sua preocupação com o processo "do dia seguinte" ao tombamento. Ressalta toda a dificuldade enfrentada pelo COMPHIC no trato com o proprietário, com seu advogado e com a imprensa e que é necessário que esses procedimentos não fiquem somente no conhecimento dos conselheiros. Finalizando, defendeu que a Secretaria de Educação precisa estar representada nesse conselho. Maria Clélia Lustosa Costa, representante do Instituto do Ceará (IC), professora da UFC, Departamento de Geografia, a conselheira diz ter larga experiência com conselhos e cita alguns dos quais participou como o COEMA, CPPD, COMAM dentre outros. Destaca que a vivência de conselho é muito rica e que costuma levar os projetos e pareceres apresentados para o conhecimento das turmas de mestrado e pesquisas. A conselheira diz que hoje é partidária de Fortaleza e torce pelo sucesso de todas as gestões municipais. Continuando, diz que acredita ser bom que a atual gestão possa avaliar o que existe de positivo, e que possa ver e ouvir o que o povo quer. Clélia Lustosa reforçou a importância da educação patrimonial. Sugeriu também que sejam apresentados os acervos produzidos nos processos de tombamento e que os mesmos sejam disponibilizados na página da Prefeitura para proporcionar meios de pesquisas aos alunos. Finalizando as apresentações dos conselheiros os presentes foram convidados a se apresentarem. Iniciando pelo Luciano Guimarães, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará- CAU-CE, entidade que foi convidada a compor o conselho quando da alteração da Lei 9.347. Luciano, diz ter se surpreendido com a convocatória da primeira reunião do ano e parabeniza a gestão da prefeitura pela agilidade com que a mesma vem tratando das questões de Fortaleza. Continuando, fala sobre a autarquia federal que regulamenta o exercício profissional dos arquitetos. Diz que a missão do CAU é fazer valer o direito do cidadão de acesso à Arquitetura e ao Urbanismo e colocar estas duas atividades como políticas públicas, enquanto cultura e enquanto direito do cidadão. Pontua a necessidade de que os espaços atendam as demandas das cidades brasileiras, afirma a importância da educação cidadã. Conclui destacando a necessidade da normatização dos instrumentos compensatórios para os proprietários dos bens tombados previstos no Estatuto da Cidade e no PDDUFOR. O presidente do CAU comenta que a questão do patrimônio cultural deve passar por ações de educação patrimonial dentro das escolas e ressalta que aquilo que está sendo construído hoje também será patrimônio um dia. Diz que existem bens que mesmo não sendo protegidos por lei específica poderiam ser aproveitados pelas iniciativas públicas, é uma questão de entendimento da cidade. Finalizou se colocando a disposição do conselho, pontuou que enquanto profissional ele teve oportunidade, em conjunto com outros colegas, de projetar a restauração de vários edifícios de fortaleza e também em outras localidades, e que mesmo sabendo das dificuldades de captar recursos para a preservação entende que é necessário empreender esforços nesse sentido. Clélia Monasterio diz que juntamente com o CAU também foram convidadas outras três representações: o IMOPEC; e para manter a paridade do conselho foram convidados a SERCEFOP; regional onde se localiza o maior número de bens tombados e a SME, em função da educação patrimonial. Também foi aberto espaço



4

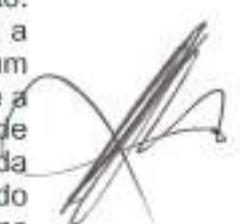


para a apresentação dos demais convidados: Representante do Governo do Estado / Coordenadora da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas dos Direitos Humanos, a Defensora Pública Sra. Michele Camelo e Olga Paiva, ex-conselheira do IPHAN. O Secretário Magela Lima teceu considerações sobre as falas e colocações dos conselheiros dizendo que nenhum secretário deve ter uma política, e sim políticas para serem implementadas. E que a Cultura não pode ser pensada no singular. E que a Secretaria deve trabalhar tanto no sentido de trazer ações para o Ceará, bem como, levar o Ceará para fora do Estado. Diz que tem que haver um entendimento de diversidade de produtores culturais e de consumidores culturais. Enfatiza a necessidade de respeitar a diversidade de audiência e de produtores culturais e deu exemplo de pessoas que mesmo não sendo jovens gostam da música do cantor Luan Santana. O secretário voltou a se comprometer com as reuniões do conselho, e afirmou que sua presença só não se confirmará em casos de viagem ou de alguma urgência. Majela faz um comparativo da Rua José Avelino com a situação da política cultural de Fortaleza. Diz que o calçamento da rua foi tombado, o que é fruto de um importante avanço, porém é desrespeitado em função do uso nele instalado. Dessa forma reforçou que a política cultural em Fortaleza avançou muito porém não da forma que precisa e que ele espera poder consolidar esses avanços durante os próximos quatro anos. Sobre educação patrimonial, o secretário, diz ser um fator decisivo. Continua dizendo que acredita que possa ser incorporado às escolas de tempo integral, e afirma que o Prefeito Roberto Cláudio quer expandir. Reforçou que vê esse segundo período dos alunos nas escolas como uma oportunidade ímpar de abordar os temas da educação patrimonial. Reportou-se a professora Clélia sobre a necessidade de se ouvir a cidade – se entender o povão, gostaria que fosse flexibilizado a idéia de povão, pois sempre se acha que povão é uma maioria que está excluída do entendimento da cultura. Cita como exemplo o pré-carnaval que atende a um grande público que é considerado política de massa e que atende em parte a "elite" de Fortaleza. Majela diz que compreende Fortaleza como uma metrópole. Falando de continuidade cita a importância da consolidação do Plano Municipal de Cultura e da responsabilidade com relação a esse legado. Acrescentou que o Prefeito Roberto Cláudio tem um entendimento forte e estratégico quanto a Cultura e que ele quer fomentar uma política transversal e que não seja somente de eventos culturais. Professor Euler Muniz (UNIFOR) pediu licença para se ausentar às dez horas e trinta minutos em função de uma reunião na UNIFOR e se comprometeu em participar das sessões posteriores. O conselheiro Augusto Paiva solicitou a palavra para esclarecer que sua intervenção foi em relação ao tratamento diferenciado que é dado ao artista de fora em detrimento ao artista da terra e que os investimentos devem ser pensados dentro de uma política global para a cultura e que esta possa ter um objetivo claro. Na oportunidade a Conselheira Maria Luiza Távora de Holanda Viana, representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM), se apresentou e pediu desculpas pelo atraso e disse que em virtude de questões administrativas geradas pelo momento de transição e também diz que a sede da SEMAM é muito distante da SECULTFOR. Fazendo o uso da palavra a Coordenadora da CPHC, Clélia, falou que em 2012 havia sido elaborado pela CPHC em parceria com a SME um projeto de educação patrimonial que consiste na confecção de livros e cartilhas e que o mesmo pode ser resgatado nos arquivos da CPHC ou da SME. Ressalta que as publicações seriam elaboradas em um curso junto com os professores das escolas Municipais. **Pauta: 2.** Apresentação do Projeto de Reforma da Santa Casa de Misericórdia; Clélia Monasterio informou que constatou-se obra de reforma na Santa Casa sem autorização da CPHC/SECULTFOR- COMPHIC. o Secretário disse que em virtude do pouco tempo a frente da SECULTFOR gostaria que o mesmo fosse apresentado em uma reunião posterior. Clélia esclareceu, que enquanto atribuição da CPHC efetuou a visita "in loco", constatando irregularidades e solicitou o embargo da obra afim que evitar maiores danos. A SERCEFOP providenciou o embargo da obra, esclareceu que havia sido expedida uma licença de reparos gerais porém a obra executada esta

diferente do projeto original, constante da autorização expedida pela SERCEFOP. Clélia esclarece também que a CPHC já conversou com o Provedor da Santa Casa, senhor Luiz Marques, dando ciência das exigências previstas na instrução de tombamento do bem. Clélia complementa dizendo que em função de os responsáveis pelas obras na Santa Casa não terem comparecido a reunião do conselho e também em função da solicitação do Secretário às deliberações a cerca desta intervenção ficam adiadas para a próxima reunião. A conselheira Maria Luiza diz que a arquiteta responsável pela licença emitida para a Santa Casa está trabalhando no seu setor junto à SEMAM e reafirma que a obra esta suspensa. Houve um questionamento, por parte do conselheiro Augusto Paiva, se a CPHC, em função da emergência do caso, poderia analisar e emitir parecer sem submeter ao COMPHIC. Clélia respondeu que a CPHC analisa e emite parecer, mas que em casos especiais, é necessário também passar pela análise do COMPHIC. A coordenadora pontuou também que a administração da Santa Casa deu conhecimento da existência de um projeto geral de intervenção no imóvel e da importância de que esse venha ser analisado pela CPHC e pelo COMPHIC. A arquiteta Márcia Sampaio solicitou a palavra e faz a leitura de trechos do Regimento interno do COMPHIC sobre a questão e ficou esclarecido que de acordo com a legislação, nos casos de maior complexidade de obra em bem tombado é necessária apresentação do projeto para análise e aprovação do conselho. O Secretário encaminhou que o parecer da CPHC sobre a Santa Casa seja enviado por e-mail para os conselheiros e apresentado na próxima reunião. O Secretário comentou que até entende a urgência, mas, quer evitar incorrer em erros administrativos e ressalta a importância de apurar o fato de a SERCEFOP ter emitido uma licença sem a devida submissão à CPHC. A decisão foi acatada pelo colegiado, ficando a apresentação do projeto para a próxima reunião.

3. Apresentação do projeto do Bar do Avião pelo arquiteto Nelson Serra; Clélia Monasterio informou que o Arquiteto agendou para a próxima reunião a apresentação do projeto. A CPHC já avaliou o projeto e pontua que, segundo a coordenação, do ponto de vista arquitetônico, não existe nenhuma objeção com relação ao projeto apresentado. Foi perguntado também qual o tipo de uso para esse equipamento uma vez que o proprietário deixou essa questão em aberto. O secretário perguntou se a CPHC já havia dado alguma sugestão de uso e Clélia esclareceu ainda não haver nenhum entendimento a esse respeito. Acrescentou no entanto, que é bom que o proprietário esteja presente na reunião para possíveis esclarecimentos, complementando que essa intervenção é uma espécie de contrapartida do METROFOR para a cultura. Professora Ivone lembra que nas proximidades existe uma escola da Prefeitura, situada na Rua João Pessoa. Diz ainda que a CPHC no período em que ela esteve como coordenadora havia proposto a utilização do espaço como área de lazer para esta escola. Clélia diz que é preciso ver com o METROFOR quais são os terrenos que foram desapropriados. Concluíram que na próxima reunião analisaram o Bar Avião. O Secretário questiona e sugere se o METROFOR conta com um estudo do impacto da utilização desse espaço, principalmente pela proximidade do viaduto.

3. Apresentação do projeto da Estação da Parangaba. A Sra. Michele Camelo faz a distribuição de uma cartilha sobre direitos humanos e inicia dizendo que há um projeto na Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Direitos Humanos que é a implantação do Centro de Referência em Direitos Humanos. Esse projeto participa de um convênio firmado com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, de onde parte a verba e o modelo do centro ficando o governo do Estado responsável pela contrapartida. O Centro de Referência em Direitos Humanos é uma casa de encontro e de convivência de pessoas é um equipamento que promove ações na defesa e na promoção dos direitos humanos. O centro trata também de um programa que promove a educação voltada para a identificação dos direitos humanos. A construção física é uma obra do Estado. Prosseguindo com a apresentação a Sra. Michele descreve várias características do centro e inicia a apresentação das imagens da intervenção feita na Estação da Parangaba. Em sua apresentação a Sra. Michele exibiu a compartimentação dos ambientes e o programa



de utilização dos mesmos. No momento em que foi apresentado o projeto de identidade visual proposto, identificou-se que é necessário outro projeto que não cause dano ao bem histórico. Augusto leceu críticas ao projeto de programação visual e falou que é necessário que o projeto não gere poluição visual. A conselheira Clélia Lustosa diz que é imprescindível que se restaure o nome "Estação da Parangaba" da forma original. A Sra. Michele Camelo diz que foram investidos R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) para o rebaixamento da estação e que nesse momento é importante que seja dado um uso adequado ao espaço. Ao ver as imagens a Professora Ivone se pronunciou registrando que o projeto ora apresentado não é o mesmo que foi aprovado pelo COMPHIC. Ressalta que o projeto original não contemplava as grades e que no mesmo havia: taludes laterais no terreno, plantas de rama no lado sul, um paisagismo com plantas do sertão e ao lado norte plantas do litoral fazendo alusão à função da estação de ligar o sertão à cidade. A conselheira Ivone lembra ainda que a necessidade do memorial foi aprovada pelo COMPHIC na época e que o conselho também findou por aprovar o rebaixamento uma vez que o mesmo se apresentava como única solução de salvaguarda do bem. Informa, no entanto que o uso não ficara definido e que existe um comitê de patrimônio da comunidade da Parangaba muito ativo e organizado e que o mesmo deveria ser ouvido. Destaca que o mobiliário urbano implantado também é diferente do projeto aprovado e que a mesma entra em choque com a estação, pontua que os equipamentos deveriam ter um desenho mais leve. Ainda em sua fala a conselheira pontua sobre a necessidade da existência, no local, de uma placa sobre o tombamento. O Secretário de cultura diz que foi importante a manutenção do bem, mas lamenta o resultado final do processo de rebaixamento que em si deflagra a fragilidade das políticas de preservação existentes. A Sra. Michele diz que julga importante esse contato com a comunidade e agradece a indicação da Professora Ivone, destaca ainda que não pretende fazer um centro de defesa dos direitos humano que viole o direito de acesso à Cultura. A coordenadora Michele concorda com a importância de se dar conhecimento aos usuários do bem sobre a história do mesmo e se compromete a junto com o conselho encontrar um meio de viabilizar o memorial. Informou ainda que seguindo a orientação da Clélia Monasterio-CPHC e do Ramiro Teles-IPHAN, e em função da preservação da fachadas, os condensadores seriam colocados junto a grelha de escoamento na área lateral, e que seriam colocados painéis contando a história deste resgate do bem cultural de maneira a ocultar a presença das máquinas. Finalizando a Sra. Michele disponibilizou seus contatos e disse estar aberta a proposituras a serem feitas pelos conselheiros. Iniciando as falas inscritas o conselheiro Augusto acrescentou que um bem tombado tem que ter visibilidade, e que o principal objetivo é que a população perceba o edifício, e principalmente se reconheça no equipamento. O processo de rebaixamento é um processo autoritário em relação ao patrimônio e foi desconsiderada a visibilidade do equipamento. Diz que o projeto está ruim porque não foi levado em conta o entorno do edifício e que não é admissível a solução de enterrar o bem em um buraco. O conselheiro coloca que os muros devem ser eliminados bem como os gradis e que esses elementos não são adequados. Augusto diz que o projeto tem que ser revisto e que não é possível analisar uma intervenção como essa sem pensar na cidade como um todo, é preciso rever o projeto urbanisticamente. Concluiu, porém, dizendo que não julga ter problema com a utilização deste bem desde que haja preservação. Diz ainda não ser possível que o conselho admita que um bem tombado seja tratado dessa forma. Clélia Lustosa fala que em função do grande investimento feito se sente decepcionada com o resultado final. A conselheira volta a falar da importância de constar o nome "Estação da Parangaba". Continuando fala da necessidade de ocupar o espaço a de que possa ser evitada a apropriação por parte de mendigos. Clélia Lustosa diz que é necessário que se cobre do governo do Estado um plano de ocupação desse espaço que fica a baixo dos trilhos dos elevados para que os mesmos não se tomem áreas degradadas. Maria Luiza faz questão de passar seus contatos para a Sra. Michele para que a mesma possa ao reformular o projeto

de comunicação visual o faça' a luz da lei municipal específica. Luciano fala da importância de fazer memorial, louva a iniciativa de se implantar no local o Centro de Defesa dos Direitos Humanos porém critica o projeto. O Arquiteto diz ter ficado impressionado com o projeto, acrescentou que é preciso evitar equívocos e a falta de respeito ao planejamento. É fundamental retomar sempre a defesa do cidadão e diz ser uma contradição para o uso proposto segregar esse espaço com a colocação das cercas e com o grave problema das visuais. Luciano diz que os espaços internos também devem ser pensados de forma a respeitar as características de estação originais do bem e volta a ressaltar a importância do tratamento adequado do entorno. A professora Ivone volta a falar do projeto original e da intenção da Prefeitura, à Época, da revitalização, não apenas da estação, mas do largo lindeiro onde ainda remanesce um casario relevante. Diz que foi discutida inclusive a possibilidade de essa via ser apenas de pedestres e conclui dizendo que não faz objeção ao uso. A conselheira Maria Socorro questiona a possibilidade de parceria com o shopping para a requalificação dessa área. A ex-conselheira Olga Paiva destaca que o principal patrimônio é a história, daí a importância de um dialogo permanente com a comunidade, acrescentou que esse espaço é um símbolo da história do Ceará, e é um direito de todos. A manutenção é muito importante e deve ser um espaço de convergência da comunidade, de interação e preservação o mais acolhedor possível. O conselheiro Altemar sugere que seja feito officio ao METROFOR questionando sobre o projeto original apresentado ao COMPHIC. Propõe ainda que o COMPHIC emita uma nota ao METROFOR, enquanto Governo do Estado, parabenizando pela iniciativa do resgate de cidadania com a implantação do centro e pela consulta ao conselho e finalizou dizendo que acredita não haver nenhum problema no uso proposto à estação. O Secretário diz que entende a questão da obra como símbolo de resistência da região e do patrimônio e resalta que não se opõe ao uso que estar sendo proposto. Disse que essa região é muito frágil quanto aos equipamentos culturais, por isso acha que seria mais interessante o seu uso como equipamento cultural, mas reafirma não se opor ao uso proposto. Diz que é preciso encontrar uma solução para superar a sensação de aprisionamento e sugere-se a retirada da cerca, e se for o caso o rebaixamento da rua para melhorar a visibilidade do bem. O secretário ainda lança a seguinte provocação: "A estação foi tombada para quê, pra ser escondida?". O secretário pede ainda que sejam revistos também as especificações internas para que o bem seja melhor salvaguardado. Clélia esclarece que a obra já foi executada, mas que em relação ao forro a melhor indicação é que se faça um, forro tipo guarda pó, uma vez que esse protege o ambiente interno, mas mantém a estrutura a vista. Reforçou que as centrais de ar condicionado devem ser instaladas na área externa, bem como os painéis contando a história da Parangaba. Clélia destaca que apesar de não ser o centro um espaço cultural poderá haver uma programação cultural. Colocado em votação foi aprovado, por unanimidade, a utilização do bem como um Centro de Referência dos Direitos Humanos com as ressalvas feitas sobre o projeto de implantação e de intervenções internas. O conselheiro Augusto diz que o documento a ser encaminhado ao Estado deva ser a cópia da ata com as considerações sobre o projeto no sentido de dar ciência na íntegra sobre as críticas do Conselho. O Secretário encerrou os trabalhos agradecendo os presentes. Concluídos os trabalhos, a 46ª Reunião do COMPHIC foi considerada encerrada. Foram elencados algumas resoluções e encaminhamentos que se encontram listados abaixo.

RESOLUÇÕES: 1 - Aprovação por unanimidade do Uso do Centro de Referência dos Direitos Humanos da Parangaba.



ENCAMINHAMENTOS:

1 - Re agendar para a próxima reunião os pontos de pauta 1 e 2 fazendo os devidos convites e notificações aos interessados.

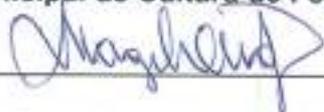
2 - Elaborar uma nota do COMPHIC ao Governo do Estado parabenizando pela iniciativa do resgate da cidadania com a implantação do centro e pela consulta ao conselho.

3 - Fazer comunicado ao METROFOR questionando sobre o projeto original urbanístico, apresentado pelo COMPHIC, para o entorno da estação da Parangaba

4 - Encaminhamento de cópia da ata com as considerações do projeto para conhecimento do Governo do Estado (Gabinete do Governador e METROFOR), no sentido de dar ciência as colocações do Conselho.

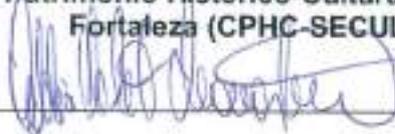
Eu, Clélia Monasterio, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada foi por todos os presentes assinada.

Secretario Municipal de Cultura de Fortaleza (SECULTFOR)



Francisco Geraldo de Magela Lima Filho

Coordenação de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura de Fortaleza (CPHC-SECULTFOR)



Clélia Maria Coutinho Teixeira Monasterio

Universidade Federal do Ceará (UFC)



Ivone Cordeiro Barbosa



Associação Nacional de História (ANPUH-CE)



Alênio Carlos Noronha de Alencar

Instituto do Ceará (IC)



Maria Clélia Lustosa Costa (Suplente)

Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR)

Helena da Cunha Correia Lima (Suplente)

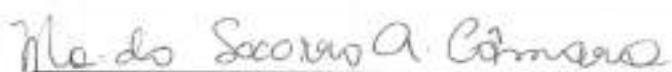
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM)

Maria Luíza Távora de Holanda Lima

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Altemar da Costa Muniç

Secretaria de Turismo do Estado do Ceara (SETUR)



Maria do Socorro Araújo Camara



Procuradoria Geral do Município (PGM)

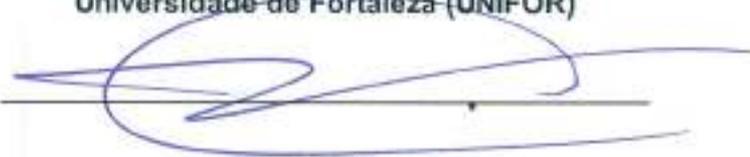
Antonio Osmídio Alencar

Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)



Augusto César Chagas Paiva

Universidade de Fortaleza (UNIFOR)



Euler Sobreira Muniz